



O Jornal
Económico

ESPECIAL



Investir na Madeira

À PROCURA DO CRESCIMENTO

A Região Autónoma da Madeira está em pleno processo de recuperação da crise provocada pela pandemia de Covid-19 e apesar das dificuldades criadas pela guerra, com o turismo a continuar a ser o motor do crescimento. Mas quer ir mais longe, para se tornar mais independente de fatores externos, apostando na formação e na inovação.

ANÁLISE

Crise pandémica mostrou que é preciso diversificar economia ■ P2

ENTREVISTA

Rui Barreto
Secretário Regional da Economia

“O Governo tem criado as condições para a manutenção das empresas” ■ P4



APOIO AO INVESTIMENTO

Incentivos fiscais e inovação: os apoios para investir na Madeira ■ P6

FÓRUM

O que é necessário para atrair mais investimento para a Região? ■ P10

EDITORIAL

Continuar a crescer além do turismo

Ricardo Santos Ferreira
Subdiretor
do Jornal Económico

A economia madeirense está a recuperar a passos largos do forte embate que teve de enfrentar com a pandemia de Covid-19, quando o turismo, que é o principal motor de crescimento, foi o sector mais afetado, em termos globais, com as medidas tomadas para combater a propagação do vírus. O turismo continua a ser a locomotiva que puxa pelo resto da economia e os sinais, com o fim das restrições à mobilidade, apontam para que chegue, ainda este ano, aos números de 2019, do pré-pandemia, ou mesmo que os ultrapasse. Isto, apesar da crise que se vislumbra, com a tendência de subida dos preços dos combustíveis e das matérias-primas, que já se verificava, a ser impulsionada pela guerra provocada pela invasão russa da Ucrânia. Estamos, ainda assim, a falar de um abrandamento do ritmo de crescimento, que se prevê superior ao da economia nacional, tanto no ano passado, como este ano. No primeiro trimestre deste ano, a Região Autónoma da Madeira foi a única em que cresceu o número de empresas criadas, mostrando a robustez da evolução.

Para compensar a exposição aos fatores externos e para não estar tão dependente da monocultura do turismo, com todos os riscos que comporta, como se verificou com a crise pandémica, a Madeira tem de investir na formação e na inovação. Isto é o que pedem empresários e gestores e é o caminho que pode ser explorado por uma região ultraperiférica para atrair talento e investimento, quando o trabalho especializado se tornou mais globalizado e os estrangulamentos nas cadeias de produção tornaram a proximidade mais apetecível. Resta a aposta decisiva para que as alternativas de desenvolvimento económico se concretizem mais rapidamente. Bom tempo e estabilidade já existem. ■

ANÁLISE

Crise pandémica mostrou que é preciso diversificar economia

Economia regional precisa de depender menos do turismo e falta mais investimento na qualificação dos recursos humanos. “O grande investimento a fazer seria na qualidade e quantidade dos níveis educacionais”, diz Celso Nunes ao Jornal Económico.

JOÃO BARROS
jbarros@jornaleconomico.pt

Apesar do forte impacto das crises financeira e pandémica na economia regional, a Madeira continua a apresentar-se como um destino atrativo de investimento na área do turismo, o principal sector produtivo da região. No entanto, é necessário investir na formação profissional e diversificação da economia, dada a volatilidade das atividades ligadas à hospitalidade e lazer, como ficou provado nos últimos dois anos.

A Região Autónoma da Madeira fechou 2020 com um recuo de 14,3% no PIB, uma queda que supera os 8,4% registados na média nacional e que sublinha bem o impacto da pandemia numa região profundamente dependente do turismo. O sector foi um dos mais afetados a nível mundial pela Covid-19, dada a necessidade que a doença criou de limitar contactos físicos e viagens, e a região registou uma quebra de 66,1% nas dormidas naquele ano, ou seja, uma redução da indústria para um terço.

“Os principais motores da economia regional foram muito atingidos por terem de baixar a produção em fatores de 80% e 90%”, começa por referir Celso Nunes, economista e professor na Universidade da Madeira (UMa), o que “afetou o rendimento de muitas famílias e a saúde de muitas empresas de forma significativa”.

O cenário resultou em falências em algumas empresas da região, além das longas pausas na atividade que dificultaram significativamente a tesouraria das mesmas. Assim, “muitos restaurantes fecharam e não voltaram a abrir, muitos hotéis fecharam e passaram a abrir só passado muito tempo, mais de um ano”, ilustra o economista.

Este ano, o cenário foi já distinto, embora ainda abaixo do pré-pandemia. As dormidas na região cresceram 81,4%, chegando perto dos 5 milhões. Ainda assim, o valor continua a conferir um recuo

de 38,7% em relação a 2019, ilustrando os impactos de maior duração na fileira do turismo madeirense, que registou uma ocupação média de 44,4%, o que fica 13,6 pontos percentuais (p.p.) abaixo do verificado em 2019.

Celso Nunes fala numa “recuperação muito forte” do sector hoteleiro, com “taxas de ocupação altas”, para as quais contribuiu decisivamente o levantamento das restrições e o abrandamento da pandemia na região e na Europa. Ainda assim, há um efeito recente que poderá ajudar a economia local: a guerra na Ucrânia pode ter “um efeito semelhante ao que se verificou com a Primavera Árabe, que afasta o turismo da Europa de leste para a Europa mais ocidental”. “A Madeira beneficia disso”, argumenta, pela sua segurança para os turistas.

Ano de recuperação, mas com taxas baixas

Ainda assim, e mesmo sendo este um ano de recuperação, a expectativa é de uma evolução positiva, “mas com taxas de crescimento não muito elevadas”, projeta Celso Nunes.

“Na medida em que estamos em ano de recuperação, vai evoluir positivamente, mas com algumas limitações relacionadas com a estrutura da economia: o baixo nível de formação dos recursos humanos, a excessiva dependência de alguns sectores como o turismo e obras públicas... Não sendo um

player significativo em termos internacionais nas tecnologias de ponta, essa recuperação é sempre limitada”, explica.

Esta composição da economia significa que “se a região fosse vista em termos independentes, seria o país mais pobre da UE”, destaca o economista da UMa, ilustrando o atraso relativo da Madeira em relação ao resto da Europa.

Formação continua a ser necessária

A aposta na área tecnológica, por enquanto, não parecer ser prioritária. Ainda assim, Celso Nunes destaca “iniciativas do Governo Regional, como a atração de nómadas digitais e um pólo na Ribeira Brava”.

“Existem algumas iniciativas privadas e apoiadas pelo Governo Regional, como a Startup Madeira, que tem sido uma incubadora muito interessante na região”, aponta, mas o foco do investimento, sustenta, deve ser na formação profissional.

“O grande investimento importante a fazer seria na qualidade e quantidade dos níveis educacionais da população”, defende, pedindo a “diminuição das taxas de abandono escolar, mais população com ensino superior ou ensinos profissionais e técnicos”.

“Tudo o que seja relacionado com a qualidade e quantidade de serviços profissionais e qualificação profissional será um grande investimento, com maior retorno a longo prazo”, resume.

A hotelaria, no entanto, não pode ficar para trás. A região mantém-se como um “destino com uma capacidade de atração turística muito interessante, especialmente a nível europeu”, e “continua a haver espaço para a oferta hoteleira existente”. No entanto, esta pode e deve servir para aprofundar outros sectores, especialmente inovadores e sustentáveis como a economia azul, sempre numa lógica de complementaridade, com “maior variedade de produtos e serviços prestados”. ■



Celso Nunes
Economista e professor
na Universidade da Madeira





Wikipédia

ENTREVISTA | JORGE VEIGA FRANÇA | Presidente da ACIF-CCIM

“Necessitamos de um novo modelo económico para a região”

Turismo deverá regressar aos registos de pré-pandemia, mas a economia madeirense não evitará o embate da atual crise.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

Depois da pandemia de Covid-19, a economia madeirense enfrenta outra crise, enquadrada pelos aumentos de preços da energia e das matérias-primas e pela guerra provocada pela invasão russa da Ucrânia. Para o presidente da Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF), Jorge Veiga França, a região necessita de um novo modelo de desenvolvimento, que lhe permita deixar de ser tão dependente do exterior.

Que expectativas tem para a evolução da economia da Região Autónoma da Madeira (RAM) no pós-pandemia?

Após estes dois últimos anos, em que a atividade económica foi bastante afetada pela crise pandémica, e uma vez que a situação sanitária estava mais controlada, havia a expectativa de uma recuperação económica, no segundo semestre, conforme vaticinou a Comissão Europeia, mas que, repentinamente, foi abalada, primeiro pela subida quase generalizada dos preços das matérias-primas, do gás, do combustível e da eletricidade, depois pela falta de mão de obra e, por fim, pela guerra que está a ser travada na Ucrânia, e que trará consequências nefastas para a economia numa escala global. Obviamente que esta crise que está a atingir toda a Europa também terá os seus reflexos na Madeira, que está altamente dependente dos transportes e da importação das matérias-primas.

As boas notícias poderão surgir do lado do sector do turismo, pois a Região tem vindo a registar níveis de ocupação bastante satisfatórios, perspetivando-se que, este ano, se atinja ou supere os resultados de 2019, um cenário que é confirmado pelos operadores turísticos e que ganha cada vez mais relevo com a entrada de novas companhias aéreas a operar na RAM.

Quais são os principais obstáculos ao desenvolvimento que identifica?

Os obstáculos estão relacionados com todos os constrangimentos que foram identificados anteriormente e que resultam, em primeiro lugar, da retoma da economia pós-pandemia, que fez aumentar o

preço das matérias-primas, devido ao desajuste entre a procura e a oferta, inclusive dos combustíveis, do gás, da eletricidade e dos cereais e, em segundo lugar, da invasão da Rússia à Ucrânia, que está a causar uma inflação acentuada e generalizada e a travar a recuperação que seria desejável para este ano.

Obviamente que há empresas que estão a ser mais afetadas do que outras, pois tudo depende do grau de dependência de determinadas matérias-primas que se encontram inflacionadas e que estão a condicionar o valor final dos produtos, e, inclusive, nalguns casos, a determinar a paralisação das empresas.

Em que sectores o investimento privado é mais necessário na RAM?

A sustentabilidade e a transição digital eram temas que vinham conquistando alguma importância no contexto empresarial, no entanto, após a pandemia, ganharam uma outra dimensão. Não há dúvida que estamos perante um novo paradigma e que necessitamos de um novo modelo económico para a nossa Região, que não nos torne tão dependentes e tão vulneráveis. A visão que a ACIF-CCIM tem para a Madeira é a de uma Região inteligente, sustentável e inclusiva, com capacidade de desenvolver e atrair talento, com uma forte aposta no sector das novas tecnologias, da transição digital, da cibersegurança, bem como na área da descarbonização energética. ■



Esta crise que está a atingir toda a Europa também terá os seus reflexos na Madeira, que está altamente dependente dos transportes e da importação das matérias-primas



Foto cedida

ENTREVISTA | RUI BARRETO | secretário regional da Economia

“O Governo tem criado as condições para a manutenção das empresas”

O secretário regional da Economia sublinha que estabilidade social e política cria condições para que investimentos aconteçam.

RUBEN PIRES
rpires@jornaleconomico.pt

O secretário regional da Economia, Rui Barreto, admite, ao Económico Madeira, que podemos assistir a um crescimento moderado, em termos económicos, no pós-pandemia Covid-19, tendo em conta o novo contexto mundial, onde se inclui a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Contudo o governante admite que alguns setores já estão em “franca recuperação”, onde inclui a construção civil, o imobiliário, e o turismo, gerando um efeito de contágio a outras áreas económicas aos quais estão interligados.

Em termos económicos quais são as perspetivas que a Secretaria Regional tem para a fase do pós-pandemia? Deveremos assistir a um crescimento moderado, face ao novo contexto económico mundial, na sequência do conflito resultante da invasão da Ucrânia, por parte da

Rússia. Naturalmente que tudo isto irá contribuir para um aumento da inflação, assim como um aumento, inevitável, das taxas de juro.

É possível identificar quando é que a atividade económica poderá voltar aos tempos de pré-pandemia?

Há atividades económicas que estão já em franca recuperação, tais como a construção civil, o ‘real state’ ou imobiliário, o turismo, estamos a assistir, também, a um processo acelerado de desenvolvimento na área da indústria tecnológica.

Todos estes setores acabam por puxar, direta ou indiretamente, todos os outros setores que estão associados ou interligados, gerando dinâmicas económicas e sociais, porque ao registar-se um crescimento económico, criam-se também condições para que haja um aumento da oferta de emprego.

Tudo isso gera confiança no ecossistema económico, fruto da estabilidade e crescimento da economia regional, mas também graças à

estabilidade social e política que vivemos na Região, abrindo espaço para que sejam criadas todas as condições para que os investimentos aconteçam.

Felizmente temos assistido a vários investimentos e ele ocorrem, não por mero acaso, mas porque o Governo Regional, em conjunto com os empresários, tem criado as condições necessárias para a manutenção das empresas e no aparecimento de novos projetos.

Que medidas é que a Secretaria Regional tem tomado de modo a acelerar a retoma económica?

O Governo Regional implementou, desde logo, um conjunto de medidas, transversais a todas as áreas, sendo que, no plano económico, foram introduzidas várias ajudas, como os apoios à tesouraria, ao investimento, à expedição, à mobilidade, à energia, mas também no plano da tecnologia.

A par disso, destacamos, igualmente, a redução do IRS, medida que fez com que se aumentasse o

poder de compra dos madeirenses e porto-santenses, principalmente ao nível da classe média, onde se verificou uma redução muito significativa das taxas de IRS no terceiro e quarto escalões.

Além disso, procedemos também a uma redução ao nível do IRC, que é o mais baixo a nível nacional, com 14,7% para a taxa geral e de 11,9% para os primeiros 25 mil euros de lucro.

Não menos importante para as famílias e para as empresas madeirenses e porto-santenses, procedemos, igualmente, à redução, até ao limite máximo permitido por lei, do Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) no gasóleo e no gasóleo marcado e colorido.

Sobre os combustíveis, o Governo Regional esgotou todas as suas competências fiscais. Agora, aguardamos a autorização da Comissão Europeia para reclassificar o IVA dos combustíveis de 22% para os 12%, o que será também uma descida muito importante, quer para as famílias, quer para empresas da Região. ■



Apoios à tesouraria, investimento, expedição, mobilidade, energia, e na tecnologia, têm sido instrumentos utilizados pela região para acelerar retoma económica

INVESTIMENTO

Tecnologia e serviços ganham terreno

Entre os países que mais estão a investir na Região Autónoma destacam-se os Estados Unidos, a Suíça e o Reino Unido, diz Filipa Ferreira, diretora da Invest Madeira.

RUBEN PIRES

rpirez@jornaleconomico.pt

A atracção de investimento é um dos pilares do desenvolvimento económico de qualquer região ou país, e a Madeira não escapa à regra.

Nesse particular a Invest Madeira tem sido um dos instrumentos utilizados pelo Governo Regional, para trazer à região investimento de valor acrescentado para alavancar a economia regional.

A Invest Madeira tem entre os seus objetivos promover a diplomacia económica externa da região e valorizar o tecido empresarial e reforçar a atividade nos mercados internos e internacionais.

Na missão da Invest Madeira está também a abertura de novos mercados, fomentar o comércio externo de exportação de produtos, promovendo incentivos e dando suporte à internacionalização das empresas regionais.

A diretora da Invest Madeira, Filipa Ferreira, diz ao Económico Madeira que o setor tecnológico tem estado em expansão e os serviços assumem também relevo.

Entre os potenciais mercados estão países com ligação aérea direta com a Madeira. “Neste momento os mercados que estão a crescer na Madeira, são o norte americano, o suíço e o inglês”, diz a diretora da Invest Madeira, Filipa Ferreira.

Nos mercados prioritários estão também países “com presença significativa de madeirenses na diáspora, não descurando as nossas comunidades que tanto investem na Região, nomeadamente, a comunidade da África do Sul e da Venezuela”.

Eventos internacionais promovem investimento

A diretora da Invest Madeira sublinha que a participação em eventos internacionais, com presença de empresas regionais, tem sido “a principal forma de promoção” da região e de atração de investimento. “Paralelamente, promovemos o estabelecimento de acordos de cooperação com diversas câmaras de comércio, por forma a se estabelecerem laços de proximidade e *networking*”, refere Filipa Ferreira.

Para Filipa Ferreira a formação “é a pedra angular do sucesso” de qualquer estratégia de internacionalização.

“Temos, na região autónoma, a



Aly Song/Reuters

Universidade da Madeira, centros e núcleos de investigação de renome internacional que apostam na qualificação de profissionais competentes que se distinguem nas mais diversas áreas (Artes e Humanidades, Ciências Exatas e Engenharia, Ciências Sociais, Tecnologias e Gestão, Medicina e enfermagem, etc.). Estas premissas resultam num mercado de trabalho estável, onde trabalhadores qualificados conjugam a excelência do serviço, o profissionalismo e a capacidade de bem receber”, diz a responsável pela Invest Madeira.

Burocracia entre entraves ao investimento

Entre as fragilidades que têm sido identificadas pelos investidores, Filipa Ferreira salienta “a burocracia de cada serviço e o tempo de resposta, bem como, por vezes, pela pequena capacidade de produção regional, incapaz de fornecer continuamente grandes clientes”.

Relativamente às missões de captação de investimento, Filipa Ferreira diz que com a retoma gradual após a pandemia, a Invest Madeira já participou em eventos como a Websummit, a SIL a SAGAL, e tem intenção ao longo deste ano de marcar presença no Salão do Imobiliário, Investimento e Turismo Portugal – Suíça e na SIAL, em Paris, e “manter a sua presença em feiras tecnológicas e de imobiliário que já vêm sendo habituais, e que as empresas regionais manifestaram interesse em marcar presença. Uma missão aos Açores e a Londres também fazem parte do plano de atração de investimento da Invest Madeira”. ■

A Invest Madeira procura valorizar tecido empresarial e reforçar a atividade nos mercados internos e internacionais



Unsplash

APOIO AO INVESTIMENTO

Incentivos fiscais e inovação: os apoios para investir na Região

Na Madeira, as medidas de fomento ao desenvolvimento agrícola, e à investigação e inovação empresarial são prioritárias para atrair investimento na região, em ajudas que vão desde os benefícios fiscais a apoios financeiros.

CAROLINA GONÇALVES SOUSA
cisousa@jornaleconomico.pt

Conheça os incentivos e apoios que estão disponíveis para quem decide investir na Região Autónoma da Madeira.

Medidas de incentivo fiscal

Para fomentar o investimento e instalação de empresas no interior do país e nas regiões autónomas foi criado um regime de benefícios fiscais aplicados a estes territórios, através do Portal do Financiamento IAPMEI. Esta medida beneficia micro, pequenas ou médias empresas, com Certificação PME atribuída pelo IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação) ou pelo IDE (Instituto de Desenvolvimento Regional) que exercem uma atividade económica de cariz agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços

em territórios do interior. O benefício fiscal consiste na aplicação de uma taxa de IRC igual a 12,5% aos primeiros 15 mil euros de matéria coletável. As empresas beneficiam de uma majoração de 20% à dedução máxima de 10% em sede da Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos sobre os lucros retidos e reinvestidos em investimentos elegíveis realizados em territórios do interior.

Ainda nos incentivos fiscais, o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresariais II (SIFIDE II), que vigora até 2025, visa apoiar as empresas no que diz respeito a atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), em prol da criação ou melhoria de um produto, um programa ou de um equipamento. É deduzido à coleta do IRC uma percentagem das respectivas despesas de I&D (na parte não participada a fundo per-

dido pelo Estado ou por Fundos Europeus). Estes apoios permitem recuperar até 82,5% do Investimento em I&D, na parte que não tenha sido participada ao Estado a fundo perdido, realizado nos períodos de tributação entre 1 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2025.

Apoios à agricultura

No Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), apoiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), destaca-se a medida de apoio aos 'investimentos em explorações agrícolas, agroindústria e infraestruturas', com o objetivo de melhorar o desempenho geral e a sustentabilidade da exploração agrícola, para assegurar a modernização ou a adaptação da agricultura e da silvicultura. Existem duas vertentes de apoio: aos investi-

mentos em explorações agrícolas, destinados a agricultores e organizações de produtores, e o apoio a investimento na transformação ou comercialização e/ou desenvolvimento de produtos agrícolas, destinado não só a agricultores, mas também a empresas, incluindo as não PME's (Pequenas e Médias Empresas), que se dedicam à transformação ou comercialização dos produtos agrícolas. Na primeira, são concedidos apoios aos investimentos de pequena dimensão até dez mil euros, sendo que os apoios de grande dimensão podem ultrapassar esse valor; quanto à segunda, o valor máximo do investimento considerado elegível é de 7,5 milhões de euros.

Autarquia do Funchal apoia investimento local

A nível autárquico, destaca-se o Balcão do Investidor, um serviço criado pela Câmara Municipal do Funchal (CMF), focado no apoio ao tecido empresarial local. Este serviço presta um aconselhamento técnico a quem quer abrir um novo negócio ou para quem quer dinamizar um negócio já existente. "Nos últimos meses este serviço municipal tem registado um significativo alargamento e diversificação da sua área de atuação. A aposta nas parcerias, de que são exemplos os protocolos recentemente celebrados entre o município e o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, que permite ao Balcão do Investidor aceder em tempo útil à informação sobre os novos apoios disponíveis para as empresas, e o protocolo com a Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que permite informar os nossos agricultores sobre os apoios disponíveis no âmbito do PRODERAM, designadamente, para a construção de muros de suporte, estruturas de apoio agrícola e sistemas, são formas de aproximação e acompanhamento de pessoas singulares e empresas, uma marca cada vez mais vinculada deste serviço municipal", informa a vice-presidente da CMF, Cristina Pedra. O objetivo com estes protocolos é a criação de "Vias Verdes", para um procedimento mais célere na resposta ao investidor. Os apoios que têm tido maior procura têm sido apoios para a criação do próprio emprego por parte de quem está a iniciar um novo projeto de negócio. "Nesse domínio, informamos sobre os instrumentos financeiros, como o microcrédito, conforme protocolo entre a Câmara Municipal do Funchal e a Banca, e também, sobre os apoios do Instituto de Emprego da Madeira", explica Cristina Pedra. Também as linhas de apoio à tesouraria e à manutenção dos postos de trabalho têm tido grande adesão. A CMF tem ainda "um grande número de pedidos de parecer prévio para o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana - IFRRU2020, verificando-se que muitos destes pedidos de reabilitação destinam-se para fins comerciais e de arrendamento", refere a autarca. ■

A nível autárquico, a Câmara do Funchal criou o serviço Balcão do Investidor, focado no apoio ao tecido empresarial local, com vista a atrair investimento na cidade

ENTREVISTA | **ROGÉRIO GOUVEIA** | secretário regional das Finanças

“Para qualquer investidor é importante contar com previsibilidade nas políticas”

A região tem procurado criar benefícios fiscais que favoreçam o investimento. Entre as medidas e os instrumentos utilizados salienta-se o desagravamento fiscal, o Código Fiscal do Investimento, e o Centro Internacional de Negócios.

RUBEN PIRES
rpires@jornaleconomico.pt

A Madeira tem utilizado várias ferramentas que visam a atração de investimento, entre as quais incentivos fiscais.

O secretário regional das Finanças, Rogério Gouveia, destaca, ao Económico Madeira, que a região através da Lei das Finanças Regionais tem procurado criar benefícios fiscais com condições “muito favoráveis” ao investimento. Nesse sentido o governante destaca por exemplo o “contínuo desagravamento fiscal” no IRS e IRC.

Entre as medidas tomadas pela região foi destacada a criação do Código Fiscal do Investimento, ferramenta que pretende “fomentar a atração e fixação de novas empresas” criando condições favoráveis para investimentos relevantes para a região autónoma.

O Centro Internacional de Negócios (CINM) tem sido outro instrumento utilizado pela região para atrair investimento.

Que benefícios fiscais é que a região possui para quem queira investir na Madeira?

Sendo a Madeira uma região cuja circunstância insular condiciona o desenvolvimento económico e social, a criação de fatores de esperança para as famílias e de confiança para as empresas, tornam-se mais prementes e inadiáveis.

Assim, e com o objetivo de compensar os custos adicionais das empresas e contribuintes inerentes a esta condição, a Região criou, através da Lei das Finanças Regionais, benefícios fiscais com condições muito favoráveis ao investimento.

Neste âmbito e no desenvolvimento do Programa do Governo Regional, têm-se verificado, desde 2016, um contínuo desagravamento fiscal, que se iniciou pelo IRS, atingindo, atualmente, uma redução de taxa gerais de imposto face ao Continente de -30% nos dois primeiros escalões, -20%, -15%, -9%, -3%, -1% nos restantes.

Em 2018 e direcionado ao tecido empresarial das Pequenas e Médias Empresas (PME's), a Região iniciou o desagravamento fiscal em sede de IRC, atingindo, desde 2021, o seu limite de diferencial máximo estipulado pela Lei de Finanças Regionais, de -30% na taxa geral, em comparação com as taxas do continente, oferecendo a taxa mais baixa do país e uma das mais baixas da Europa.

Este desagravamento fiscal em 2021, no seu limite, também é direcionado para a taxa da Derrama Regional, em comparação com as taxas do continente.

Para a promoção da competitividade, destaca-se, também, a criação, em 2016, do Código Fiscal do Investimento da Região (CFI), que veio prover a Região de condições singulares e extremamente atrativas para o crescimento do investimento privado, acrescida de benefícios para quem investe.

De forma particularmente significativa, o Código Fiscal tem como objetivo fomentar a atração e fixação de novas empresas e firmar as condições de competitividade, com foco na discriminação positiva de projetos de investimento relevantes para o desenvolvimento estratégico da nossa economia.

O regime regional diferencia-se do vigente a nível nacional essencialmente pela maior facilidade no acesso aos incentivos, advindo do facto dos montantes de investimento exigidos serem mais reduzidos na Região, justificado pelas características do tecido empresarial regional, constituído sobretudo por pequenas e médias empresas.

Neste momento, estão em curso os trabalhos para a revisão do CFI, dado que o Orçamento do Estado para 2021 atualizou o Código que vigora a nível nacional, sendo necessário, agora, adaptar o decreto



Lusa

Na altura de investir quais têm sido as principais preocupações apresentadas pelos investidores e que diligências têm sido feitas para dar resposta a essas preocupações?

É, sobretudo, à Secretaria Regional da Economia, que são cometidas atribuições sobre os setores da economia e empresas e a promoção e captação do investimento privado, pelo que essas perguntas deverão ser remetidas a essa entidade.

Para qualquer investidor é importante contar com previsibilidade nas políticas económicas. Por isso, e no que ao Centro Internacional de Negócios (CINM) diz respeito, a primeira preocupação dos investidores prende-se com a oferta de mecanismos e de políticas credíveis, estáveis e previsíveis, que permitam tomar decisões de investimento a longo prazo e com confiança.

O reconhecimento e credibilidade no mercado internacional do CINM, o regime fiscal extremamente atrativo, bem como o regime aduaneiro competitivo no espaço comunitário, são fatores que têm atraído os investidores.

A região tem baixado o IRC. Que efeitos é que essa baixa tem tido na atração de investimento e de investidores?

A estratégia seguida pela Região mostra que a política fiscal desenvolvida tem estado alinhada com as melhores práticas adotadas pelas economias mais bem-sucedidas da Europa.

Note-se que as empresas sedeadas no CINM são oriundas de mais de 70 países de cinco continentes e, numa análise mais fina sobre a origem dos investimentos, verificamos que estas empresas são, na sua larga maioria, provenientes de economias evoluídas e dinâmicas, nomeadamente de países da União Europeia ou da OCDE.

Por isso, a Região tem a legítima expectativa de que qualquer revisão, a desenvolver-se no quadro nacional ou das negociações com a Comissão Europeia para os futuros regimes do CINM, permita continuar a criar condições para a sua competitividade e capacidade de atrair investimento para a Madeira, promovendo a diversificação da economia regional, a criação de emprego qualificado e a captação de receitas fiscais que, sem o regime do CINM, não seriam possíveis. ■

regional ao novo quadro legislativo, aproveitando-se a oportunidade para reforçar os regimes de benefícios fiscais ao investimento na Região.

No quadro dos benefícios fiscais que a Madeira pode oferecer aos investidores destaca-se, ainda, o regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), que se apresenta como um dos instrumentos mais competitivos de atração de investimento direto externo e, simultaneamente, um mecanismo capaz de ajudar os investidores portugueses no desenvolvimento dos projetos de internacionalização das suas empresas.

Para além do quadro de benefícios fiscais atrativos – o qual inclui, entre outros, uma taxa reduzida de IRC de 5% –, evidenciam-se as condições da Região para receber investimento externo, através das sinergias desenvolvidas com a Universidade da Madeira, no âmbito da formação tecnológica, e também com a StartUp Madeira, ao nível da facilitação de estruturas empresariais e do empreendedorismo, a que se acrescentam a qualidade de vida e de segurança da ilha como aditivos para o desenvolvimento e captação de empresas nacionais e internacionais.



A região já esgotou o diferencial fiscal no IRC e nos dois primeiros escalões do IRS

ZONA FRANCA

CINM precisa de estabilidade legislativa para atrair investimento

Este ano, e à semelhança do que aconteceu no primeiro trimestre do ano passado, o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) está impedido de registar novas empresas desde o início deste ano.

LAURA LEÓN

lleon@jornaleconomico.pt

O Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) tem sido alvo de escrutínios, ora porque algumas empresas usufruíram de benefícios fiscais sem a contrapartida de criarem postos de trabalho a residentes na Região, ora pela atribuição por ajuste direto da concessão de exploração do CINM à Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM), para além de ser comumente comparada a um “paraíso fiscal” ou “offshore”.

Mas, e como se a reputação do CINM, ou Zona Franca da Madeira, já não estivesse ferida o suficiente, este ano, e à semelhança do que aconteceu no primeiro trimestre do ano passado, o Centro Internacional de Negócios está impedido de registar novas empresas desde o início deste ano.

Ao Jornal Económico, o Presidente da Delegação da Madeira da Ordem dos Economistas, Paulo Pereira, vinca que “não existindo licenciamento de novas sociedades, não há possibilidade de criação de empresas, logo não há condições para desenvolver nova atividade económica no CINM que possa continuar o processo de criação de riqueza (e emprego, e maior receita fiscal)”.

Paralelamente, Paulo Pereira refere que a situação contribuiu para causar mais danos reputacionais junto dos mercados estrangeiros, pois além de estar vedada para quem precisa no imediato, essa situação só por si confirma instabilidade e reforça incertezas para o futuro, afastando o CINM de cada vez mais intermediários, consultores, managements e investidores estrangeiros.

Canárias e o Governo espanhol, que tem um regime semelhante ao do CINM, previu esta situação e prorrogou o seu regime no ano passado até 2023, ao contrário do Governo português, que optou pela aprovação apenas por um ano.

O economista realça que para a Zona Franca da Madeira atrair mais investimento precisa de estabilidade legislativa de longo prazo, o que é responsabilidade do Governo da República. “Até de médio prazo já ajudava, pois nem a de curto lhe está a ser proporcionada”, realça, acrescentando que “com a solução legislativa encontrada com a maioria absoluta atual, só se não quiser é que não se avança para uma negociação objetiva e motivada junto da Co-



Foto cedida

missão Europeia de um Regime V mais competitivo que o atual”.

“Obtida essa estabilidade, cabe à SDM trabalhar nesse sentido, com o suporte, incentivos e objetivos que o acionista único (Governo Regional) lhe proporcionar e exigir, não me entusiasmando muito o histórico de resultados que empresas controladas pelo Estado têm em todo o mundo”, frisa.

O CINM tem atualmente em vigor o Regime IV (que se insere no Regime Geral de Isenções por Categoria (RGIC), que diz respeito às Ajudas de Estado), que começou em 2015 e ia até 2020, mas foi prorro-

Numa Região Ultraperiférica, com uma economia regional totalmente dependente do turismo e das obras públicas, o CINM foi criado no final dos anos 80 com o propósito de diversificar a economia

gado por mais três anos pela Comissão Europeia, tendo em vista mitigar a crise económica e financeira da pandemia da Covid-19.

Numa Região Ultraperiférica, com uma economia regional totalmente dependente do turismo e das obras públicas, o CINM foi criado no final dos anos 80 com o propósito de diversificar a economia.

“A sua importância adveio de imediato do facto de ter sido durante muitos anos praticamente o único instrumento de atração de investimento estrangeiro para a Região Autónoma da Madeira (RAM). Numa terra pobre, com la-

cunas brutais de capital, o CINM foi fundamental para o aumento de produtividade da economia, única maneira de se melhorar os padrões de níveis de vida dos madeirenses de forma sustentada e duradoura”, vinca Paulo Pereira.

Questionado sobre como é que a Zona Franca da Madeira poderá continuar a contribuir para a diversificação da economia regional, o economista salienta que será sobretudo pela captação de multinacionais que instalam sucursais ou filiais na Região, permitindo assim uma transferência de know-how para a economia regional, que de outra maneira dificilmente chegaria de forma direta a uma base de recursos humanos locais tão alargada, e que depois derrama por toda a atividade económica local.

Paulo Pereira destaca que “foi precisamente na altura em que não existiam plafonds, ou seja, quando a tributação dos lucros não estava limitada a determinados patamares com uma exigência de criação de postos de trabalho, que assistimos ao período onde maior número de multinacionais se instalaram na Madeira, criando esse mesmo emprego em larga escala, que não estavam obrigados a fazê-lo, mas sim porque a dinâmica económica que a praça proporcionava imponha. Hoje, são mesmo muito poucas (não chegam a meia dúzia) as que por cá continuam”.

O economista realça que na primeira fase (do Regime I), além das grandes multinacionais que se instalaram na Região, também era permitido o licenciamento de sociedades financeiras na Zona Franca da Madeira, pelo que houve um conjunto de instituições financeiras que instalaram sucursais na RAM, contribuindo para uma dinâmica de operações financeiras complexas, que eram habitualmente realizadas nos escritórios locais. “Esses tempos terminaram, e com isso o fim de postos de trabalho qualificados e de oportunidades no setor”, refere.

O CINM tem três setores de atividade: a Zona Franca Industrial, os Serviços Internacionais e o Registo Internacional de Navios da Madeira (MAR). Este último tem tido um crescimento expressivo. Segundo o relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, que faz a avaliação anual do setor do transporte marítimo, o MAR subiu dois lugares no ranking mundial em 2021, ocupando a 14.ª posição do ranking internacional dos maiores registos de navios. ■

FÓRUM Banca

13 DE MAIO DE 2022 | 09H00

📍 Auditório da Fundação Gulbenkian, Lisboa

9h00 ▶ Boas vindas por **Filipe Alves** (Jornal Económico) e **António Correia** (PwC)

9h10 ▶ Intervenção de abertura por **Mário Centeno**, Governador do Banco de Portugal

9h40 ▶ Keynote Speaker: **Dorota Siwek**, Head of ESG Risks Unit, da Autoridade Bancária Europeia (EBA)

10h10 ▶ Intervenções de **Cláudia Coelho**, Partner da PwC e **Nuno Cordeiro**, Director da PwC (tema: ESG)

10h55 ▶ Coffee Break

11h15 ▶ **Estado da Nação na Banca**

Moderação: Filipe Alves, diretor do Jornal Económico

Paulo Macedo, CEO da Caixa Geral de Depósitos*

Miguel Maya, CEO do Millennium bcp

Pedro Castro e Almeida, CEO do Santander

António Ramalho, CEO do Novobanco

João Pedro Oliveira e Costa, CEO do BPI

Licínio Pina, CEO do Crédito Agrícola

12h45 ▶ Encerramento por **Fernando Medina***, ministro das Finanças

**Aguarda confirmação*

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JEtv,
em www.jornaleconomico.pt

Organização
conjunta



**O Jornal
Económico**



FÓRUM

Como atrair investimento para a Madeira?

Setor empresarial identifica quais são os pontos fortes da região para captação e atração de investimento.

1. Quais são os pontos fortes da Região Autónoma da Madeira para captar investimento?
2. O que é necessário para atrair mais investimento para a Região Autónoma da Madeira?



RUI CORDEIRO
Diretor regional
Açores e Madeira da SGS

1. A Região Autónoma da Madeira possui uma grande variedade de vantagens e potencialidades que são atrativas para qualquer investidor. As suas infraestruturas, como por exemplo os portos, aeroportos, estradas, hospitais e escolas, são de qualidade europeia. Outro dos pontos fortes da Madeira é o seu mercado, cujas dimensões são muito interessantes e, sendo concentrados em torno da grande área do Funchal, oferecem excelentes acessibilidades. Isto pode ser potenciado pelo turismo e a Madeira já oferece serviços neste setor que são líderes a nível nacional. Rentabilizar esta área significa hoje, também, torná-la sustentável, e a realidade madeirense está repleta de oportunidades não só nos serviços ligados a esta sustentabilidade, como também à economia circular e à diferenciação e valorização de produtos locais. Além disso, para captar investimento, é necessário que as regiões ofereçam segurança e estabilidade, a nível social, político e económico, assim como, por exemplo, tenham mão de obra qualificada e competitiva, e a possibilidade de acesso a incentivos económico-financeiros, algo que se pode encontrar neste arquipélago. O clima e ambiente *easygoing* da região, com grande capacidade para atrair talentos e nómadas digitais, aliado ao custo dos imóveis ainda relativamente competitivos face a outras localizações europeias, é outro dos seus fatores diferenciadores. E por último, mas não menos importante, é preciso não esquecermos a dimensão atlântica e o potencial da economia associada ao mar, que é complementada com uma excelente ponte área com a Europa continental e com boas ligações a vários outros continentes.

2. No fundo, para continuar a atrair investimento, a região necessita de dar continuidade e até aumentar a sua divulgação e promoção, complementando-a com uma maior aposta na inovação. É preciso também trabalhar para a minimização das limitações e para os custos de contexto, que são,

naturalmente, inerentes à condição de insularidade da Madeira, mas que podem ser mitigados. Apesar do arquipélago ser relativamente competitivo neste aspeto, é necessário que se continue ainda a apostar na fixação de pessoas e negócios, por exemplo, através de incentivos aos mesmos.



PAULO VEIGA
CEO
da EAD

1. Não tenho qualquer dúvida de que o maior ponto forte da Madeira são os madeirenses! O maior ativo do arquipélago são as pessoas, a sua formação, a sua hospitalidade e competências. Para mim, a Madeira é um dos melhores destinos turísticos do mundo, não só pela sua beleza natural, mas também porque tem havido um desenvolvimento de nichos que potenciam a criação de *new business* e isso é resultado de boas decisões de gestão. O cluster da economia do mar em todas as suas vertentes poderá ser o driver de crescimento para a próxima década, assim existam políticas regionais que permitam esse desenvolvimento. Em termos da criação de emprego especializado, temos ainda o potencial para todas as profissões associadas às novas tecnologias da informação. Permitindo dessa forma fixar na região profissionais de excelência.

2. A meu ver, o Governo Regional tem aqui um papel fundamental e estratégico. Deve ouvir os parceiros económicos presentes na região para, de uma forma articulada, potenciar as condições para o desenvolvimento do investimento. Existem boas infraestruturas, boas redes de comunicação, mas faltam ainda parques empresariais onde os terrenos permitam a instalação de empresas com necessidades logísticas específicas de espaço e acessibilidades. Como os recursos do Governo Regional são naturalmente reduzidos, a distribuição das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) regional deve ser criteriosa e especialmente bem acompanhada pelas entidades públicas para garantir o cumprimento das verbas entregues.



THOMAS BERNDORFER
CEO
da Connecting Software

1. A Madeira é um belo lugar para se viver. Esse é um dos seus pontos fortes: há muitas pessoas dispostas a viver aqui. Além disso, estar na União Europeia e ter a moeda comum, o Euro, dá estabilidade e atratividade, bem como o facto de termos tantos acordos bidirecionais com diversos países europeus. Mas para um investidor como eu iniciar um negócio numa ilha tão longínqua e periférica, é preciso: Tornar a região financeiramente atrativa (e aqui a Zona Franca é crucial); Disponibilizar boas infraestruturas e recursos (nomeadamente boa conectividade virtual e física, mercado de alugar a funcionar bem, mão-de-obra qualificada) Garantir estabilidade (sendo sempre mais estável do que África, América do Sul ou Ásia).

2. É crucial prolongar o regime da Zona Franca até 2037 e fazê-lo o mais rapidamente possível. As Ilhas Canárias já têm o seu regime e oferecem uma taxa de imposto ainda mais baixa. Além disso, são muito maiores e têm ligações aéreas e marítimas ainda melhores para o continente europeu. Por isso, a Madeira tem de agir e de se posicionar da melhor forma para os potenciais investidores. Isto significa satisfazer rapidamente as suas necessidades financeiras e de segurança, mostrando que a Madeira é estável. Um investidor precisa de ter confiança num cenário de, pelo menos, cinco a dez anos. O que é necessário para atrair esse investidor? Aumentar o número de escritórios e outros espaços disponíveis para arrendamento comercial, melhorar a qualidade da educação (focando-se não na quantidade, mas na qualidade!), reduzir obstáculos burocráticos desnecessários e aumentar a digitalização do sector público. A relação certa de custo e qualidade, em combinação com a estabilidade trará muitas empresas à Madeira!



LINA RAMOS
Partner & Office Manager Madeira
Office da Portugal Sotheby's
International Realty

1. A Região Autónoma da Madeira apresenta vários elementos que a tornam bastante atrativa para a captação de investimento. Um dos pontos fortes, e até um dos mais populares, é o clima. Estamos a falar de uma região que apresenta um clima e temperaturas amenas durante todo o ano, sendo muito procurada por cidadãos de países do Centro e Norte da Europa que investem na Madeira pelas suas condições climáticas para residir durante todo ou parte do ano. A somar a isto, uma das principais características dos madeirenses é a sua hospitalidade e, quem investe na região, reconhece a fácil integração na comunidade e a maneira descontraída e agradável de levar a vida. É preciso ainda não esquecer que, estando situada entre três Continentes, a Madeira beneficia de uma excelente localização geográfica que lhe permite estar acessível, praticamente, a qualquer pessoa no mundo. Além disso, a região não é exceção no que diz respeito à segurança em Portugal e, nesse sentido, estando entre os sítios mais seguros do mundo, muitos são aqueles que a procuram pela sua segurança e tranquilidade. No contexto do mercado imobiliário, a Madeira é, de acordo com as novas regras, o principal centro imobiliário não abrangido pela exclusão do Golden Visa no mercado residencial português. Dessa forma, juntando os benefícios fiscais diferenciados existentes na ilha com a possibilidade de obter um Golden Visa em qualquer investimento acima de 500 mil euros, a Madeira configura um local muito atrativo. A somar a isto, quando comparado com os principais centros urbanos a nível nacional, nomeadamente as zonas de Lisboa, Porto e Algarve, a Madeira continua a apresentar um preço por m² muito atrativo e apresenta ainda um grande potencial de crescimento.

2. Existem várias medidas que podem, e devem, ser implementadas para atrair e captar mais investimento para a Região Autónoma da Madeira. Neste



sentido, considero que, apesar de contar com um aeroporto internacional, é necessário não só abrir mais rotas com destino à Madeira, mas também aumentar a frequência dos voos que já são realizados, de forma a chegar a mais mercados que irão potenciar o investimento na região. Além disso, é importante relembrar que um dos grandes desafios da Madeira continua a ser a quantidade de produtos importados que é necessário trazer, o que afeta não só os custos como também a rapidez na



chegada desses produtos. Por isso, é necessário melhorar as redes de abastecimento, bem como os acordos para a importação e distribuição de bens para que se atraia mais investimento e com uma velocidade maior de execução. No contexto do mercado imobiliário, o custo das matérias-primas para construção e a demora na sua entrega representam grandes desafios que muitas das vezes se traduzem em prejuízos avultados para o projeto imobiliário. A somar a isto, e semelhante à realidade

que se verifica por todo o País, na Madeira continuamos a ter demasiadas barreiras ao investimento pela quantidade e velocidade de gestão de toda a burocracia necessária para investir. Do ponto de vista imobiliário é fundamental que as Câmaras consigam dar respostas mais céleres a todos os pedidos para não se perderem oportunidades únicas de desenvolvimento da ilha. Igualmente transversal a todos os setores na Madeira é a mão de obra escassa e pouco qualificada, o que constitui um grave problema

no caso concreto do mercado imobiliário pois torna um desafio enorme a execução de um projeto imobiliário. No caso concreto do mercado de luxo onde a Portugal Sotheby's atua, a Madeira ainda tem pouca tradição como destino de luxo. Os mais recentes desenvolvimentos turísticos ou gastronómicos já se enquadram um pouco nesta ótica, mas falta ainda uma maior oferta de experiências de luxo, que irá atrair clientes de um nível mais alto que irão necessariamente aumentar o valor médio gasto na ilha.



ROBERTO FIGUEIRA
Partner
na PKF Madconta

1. Uma região como a Madeira, ultraperiférica, poucos argumentos terá para poder competir com outras jurisdições. Mas pode, sem dúvida, procurar trabalhar áreas, que por natureza não precisam necessariamente de muita logística, de espaço físico, de uma estrutura própria das grandes metrópoles, das grandes cidades. É o caso dos serviços, necessariamente ligados ao CINM, que pode e deve potenciar, alavancar a nossa produtividade interna, pela natureza dos serviços que por este centro poderemos oferecer, de forma competitiva, de valor acrescentado, com fiscalidade atrativa, agressiva e estável.

2. Ter fiscalidade atrativa, e acima de tudo, estável. A estabilidade tem a ver com o número de anos em que o empresário consegue saber que poderá operar numa determinada geografia, sem oscilações fiscais, sabendo que poderá ter o devido retorno do seu investimento. Para os empresários que muito dinheiro têm para investir, pouco importará se estão na RAM, ou se estão em Malta, em Chipre, no Luxemburgo, etc. Importa sim saber, se conseguem ter o retorno do investimento que pretendem fazer, em regiões não Off Shore, fiscalmente reguladas, tal como é a Madeira. O Governo Regional, nomeadamente através da Presidência e bem recentemente, tem realizado um esforço nesse sentido, publicitando a nossa região como uma região atrativa para os chamados nómadas digitais, por exemplo, atraindo jovens na área do digital, que pouco mais precisam para trabalhar do que um Portátil, e que podem deixar na RAM receita fiscal, além de se estabelecerem periodicamente na nossa Região.



ANTÓNIO DOMINGOS ABREU
Gestor de Projetos
da Tec Ambiente

1. A Madeira apresenta um conjunto de características e factores determinantes para a captação de investimento. Desde logo as condições naturais, onde se incluem a geografia e o clima, que a tornam facilmente acessível em relação a centros internacionais ao longo de todo o ano. A qualidade ambiental e as condições naturais que combinam o mar, a montanha e a floresta com paisagens diversificadas e de grande valor estético associadas à disponibilidade de infraestruturas modernas proporcionam um estilo de vida atraente e com qualidade que combina perfeitamente a natureza com a proximidade aos centros de decisão e mercados. O digital, no qual a Madeira está muito bem equipada combinado com os elementos acima referidos constituem elementos fortes para a atração de investimento, sem esquecer, obviamente os sectores do turismo, mar e cultura – nesta última sublinhando-se o carácter cosmopolita e acolhedor que a Ilha foi criando ao longo dos séculos. Programas e instrumentos funcionais como o Centro Internacional de Negócios e facilidades para operação ao nível de novas profissões e atividades socioeconómicas (TICs, Biotecnologia, Artes e tecnologia) são também ativos muito fortes de que a Madeira dispõe.

2. Antes de mais uma definição clara das áreas prioritárias em que se pretende captar investimento, suportada por uma estratégia bem definida e apoiada por uma comunicação eficiente e dirigida aos públicos-alvo que se pretende atingir. Não se trata de atrair mais investimento mas sim de melhor investimento, que garanta crescimento económico mas, ao mesmo tempo, não implique degradação de valores fundamentais para a sustentabilidade ambiental, social, cultural e económica da região. Depois seria importante melhorar os processos de tomada de decisão, simplificando procedimentos e melhorando a interligação entre sectores que ainda vivem em sistemas separados, demasiado burocráticos e difíceis de abordar por quem vem de diferentes culturas. Uma área em que seria importante também apostar é a da capacitação e reforço de competências de atores locais para que possam constituir-se como parceiros efectivos em investimentos externos, uma vez que, em algumas situações, a inexistência de parceiros locais parece limitar a decisão de investimento ou exige um esforço com maior dispêndio ou risco que nem todos os investidores externos têm disponibilidade para assumir. Em complemento, mecanismos facilitadores da instalação e operacionalização de programas, projetos e entidades externas seriam instrumentos igualmente úteis.



CONFERÊNCIA

ORÇAMENTO DO ESTADO 2022

- 9h00** Boas vindas por EY e Jornal Económico
- 9h10** Keynote speaker: **António Mendonça**, bastonário da Ordem dos Economistas
- 9h50** **As grandes linhas em matéria fiscal do OE2022**
Moderação: Ricardo Santos Ferreira, subdiretor, Jornal Económico
- IRS** – **Anabela Silva**, Partner EY, People Advisory Services
- IRC** – António Neves, Partner EY, Tax Services
- Impostos Indiretos** – **Amílcar Nunes**, Associate Partner, EY, Tax Services
- Património** – **Pedro Fugas**, Partner EY, Tax Services
- Taxas e contribuições especiais** – **Ana Chacim**, Tax and Public Finance Advisor
- 10h50** Coffee break
- 11h05** Sustentabilidade – **Norma Franco**, Senior Manager EY, Climate Change and Sustainability Services
- 11h20** **Este é o Orçamento de que o país precisa?**
Moderação: Filipe Alves, diretor, Jornal Económico
- Ana Jacinto**, Secretária Geral da AHRESP*
- Carla Castro**, Deputada da Iniciativa Liberal
- Jamila Madeira**, Vice-presidente da bancada parlamentar do PS
- Joaquim Miranda Sarmento**, Deputado do PSD
- Luís Miguel Ribeiro**, Presidente da AEP*
- Luís Marques** – Country Tax Leader, EY Portugal
- 12h20** Encerramento por **António Mendonça Mendes**, Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais

*a confirmar